



GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTES METROPOLITANO

Índice

Resumo Executivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abreviada	6
Demonstração dos Movimentos do Patrimônio Líquido	7
Demonstração das Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações	10
RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	



Índice

Balanco Patrimonial	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022.....	10



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em reais)

ATIVO	NOTAS	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	78.902.617	78.236.849
Contas a Receber GRCTM		25.497	859.716
Estoques	5	169.519	261.827
Impostos a Recuperar	6	1.298.321	1.251.558
Adiantamentos a Empregados e Outros	7	6.264.337	6.091.697
Despesas Pagas a Regularizar		1.208.498	1.374.538
Outras Despesas Correntes	8	44.133.472	2.319.141
TOTAL DO CIRCULANTE		132.002.260	90.395.327
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos Judiciais	9	8.109.237	6.707.572
Imobilizado	10	4.262.568	3.438.764
Intangível	11	2.707.961	2.986.594
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		15.079.766	13.132.930
TOTAL DO ATIVO		147.082.026	103.528.257

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	NOTA	2022	2021
CIRCULANTE			Reclassificado Nota final 24
Fornecedores	12	137.276.835	69.808.944
Salários e Encargos Sociais	13	33.522.938	9.600.045
Impostos, Taxas e Contribuições	14	8.238.902	3.045.871
Valores Restituíveis	15	6.044.502	6.044.502
Conta Corrente – STPP	16	65.560.543	67.593.128
Depósito de Terceiros	17	4.272.442	3.611.802
Depósito para Recursos e Judiciais		1.058.526	-
Outras Obrigações		2.817.775	2.938.177
TOTAL DO CIRCULANTE		258.792.463	162.642.469
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas	18	49.285.883	47.705.241
Resíduos de Créditos STPP	19	69.251.130	69.251.130
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		118.537.013	116.956.371
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20		
Capital Social Subscrito		1.000.000	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar		(424.300)	(424.300)
Prejuízos Acumulados		(265.814.560)	(211.637.693)
Crédito para Futuro Aumento de Capital		34.991.410	34.991.410
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(230.247.450)	(176.070.583)
TOTAL DO PASSIVO		147.082.026	103.528.257

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em reais)

	NOTA	2022	2021
(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	481.107.281	380.367.994
(-) Custos dos Serviços Prestados	22	(287.691.223)	(47.030.596)
(=) LUCRO BRUTO		193.416.059	333.337.399
(+/-) RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e Administrativas	22	(248.372.675)	(342.978.135)
Outras Receitas Operacionais	22	270.321	88.867
(=) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(248.102.354)	(342.889.268)
		(272.661)	
Resultado financeiro líquido	22	782.089	35.237
(=) RESULTADO OPERACIONAL		(247.592.926)	(342.854.031)
LUCRO/PREJUÍZO OPER. LIQ. DO EXERCÍCIO		(54.176.867)	(9.516.632)
LUCRO/PREJUÍZO POR QUOTAS		(54,18)	(9,52)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(54.176.867)	(9.516.632)
Outros Resultados Abrangentes		
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(54.176.867)</u>	<u>(9.516.632)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**
(Valores expressos em reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2020	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(206.679.802)	(171.112.692)
Retificação de erros				76.383	76.383
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(202.121.061)	(166.553.951)
Prejuízo do exercício				(9.516.632)	(9.516.632)
Saldos do Exercício em 31/12/2021	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(211.637.693)	(176.070.583)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(211.637.693)	(176.070.583)
Prejuízo do exercício				(54.176.867)	(54.176.867)
Saldos do Exercício em 31/12/2022	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(265.814.560)	(230.247.450)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	(54.176.867)	(9.516.632)
Ajustes de exercícios anteriores	-	76.383
Depreciações e amortizações	679.765	642.835
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.580.642	15.394.445
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	784.559	993.577
Prejuízo Líquido Ajustado	<u>(51.131.901)</u>	<u>7.590.609</u>
Aumento (diminuição) de Ativos		
Contas a Receber	49.660	(728.735)
Estoques	92.309	43.550
Impostos a Recuperar	(46.763)	(83.540)
Adiantamentos a Empregados e Outros	(172.640)	1.278.788
Despesas Pagas a Regularizar	166.040	(38)
Outras Despesas Correntes	(41.814.331)	(728.182)
Depósitos Judiciais	(1.401.665)	(985.864)
	<u>(43.127.389)</u>	<u>(1.204.018)</u>
Aumento (diminuição) de Passivos		
Fornecedores	67.467.890	(4.642.618)
Salários e encargos sociais	23.922.893	(2.096.436)
Impostos, taxas e contribuições	5.193.031	(220.929)
Conta Corrente STPP	(2.032.584)	2.097.102
Depósito de Terceiros	660.641	293.922
Deposito para recursos judiciais	1.058.526	-
Outras Contas a Pagar	(120.402)	(72.430)
	<u>96.149.993</u>	<u>(4.641.390)</u>
Caixa Líquido Proveniente (Usado) das Atividades Operacionais	<u>1.890.704</u>	<u>1.745.201</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(1.224.936)	(171.667)
Intangível	-	(17.002)
Total das Atividades de Investimentos	<u>(1.224.936)</u>	<u>(188.669)</u>
Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes	<u>665.768</u>	<u>1.556.531</u>
Caixa mais Equivalentes de Caixa Iniciais	78.236.849	76.680.318
Caixa mais Equivalentes de Caixa Finais	78.902.617	78.236.849
Variação no Caixa e Equivalentes	<u>665.768</u>	<u>1.556.531</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Valores expressos em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
RECEITAS	479.012.402	364.068.839
Transferências e delegações recebidas	479.778.495	377.776.403
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.328.787	2.591.591
Outras receitas	270.321	88.867
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.575.542)	(15.342.385)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(789.659)	(1.045.637)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(331.768.039)	(218.765.947)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(277.184.339)	(38.017.532)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(54.583.700)	(180.748.415)
VALOR ADICIONADO BRUTO	147.244.362	145.302.893
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO (retenções)	(679.765)	(642.835)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	146.564.597	144.660.057
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	782.089	255.872
Receitas financeiras	782.089	255.872
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>147.346.685</u>	<u>144.915.928</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>146.255.994</u>	<u>144.915.928</u>
Pessoal	190.409.916	145.218.363
Remuneração direta	187.839.456	142.920.732
FGTS	2.570.460	2.297.631
Impostos, taxas e contribuições	8.659.592	8.143.952
Federais	8.601.259	8.133.626
Municipais	58.334	10.326
Remuneração de capitais de terceiros	1.363.352	1.070.245
Juros	272.661	220.635
Aluguéis	1.090.691	849.610
Remuneração de capitais próprios	(54.176.867)	(9.516.632)
Lucros retidos/prejuízos do exercício	(54.176.867)	(9.516.632)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Fundamentado na Lei nº 11.107, o GRANDE RECIFE CONSÓRCIO DE TRANSPORTE METROPOLITANO foi criado em 2008, após a extinção da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU/Recife), sendo pioneiro na implantação de consórcio de transporte público de passageiros no país.

Com um quadro operacional de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) servidores efetivos, 47 em cargos comissionados, 31 extra quadro e 690 (seiscentos e nove) servidores terceirizados, o Grande Recife é o órgão gestor de um sistema constituído por 10 operadoras de ônibus, 26 Terminais Integrados, 01 Terminal de Passageiros, 57 Mini Terminais, 46 Estações de BRTs, sendo 10 em reformas e 02 Corredores Exclusivos de Ônibus, transportando cerca de 1.194.671 milhão de passageiros, aproximadamente, por dia.

Com a publicação da Lei nº 15.275/2014, de 29 de abril de 2014, que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, relativo ao exercício de 2014, passou o CTM, no decorrer de 2014, a utilizar o sistema E-FISCO, sistema de controle orçamentário, financeiro e contábil, desenvolvido pela SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco, para registro de seus atos e fatos administrativos, considerando que o Consórcio se encontra na qualidade de estatal dependente, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, Art. 2º, Inciso III.

Por ser uma estatal dependente, o CTM recebe do ente controlador, ESTADO DE PERNAMBUCO, recursos financeiros para pagamento de suas despesas. Devido a isto, pode-se afirmar que apesar dos sucessivos prejuízos apresentados, o CTM não entrará em descontinuidade, devido ao fato de fazer parte da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2022, Lei estadual nº 17.550, de 21/12/2021.



2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade - IFRS, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e modificações posteriores.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Sociedade em 14 de abril de 2023.

O CTM passou a atender, de forma suplementar, em função da utilização do sistema E-FISCO, os ditames de acordo com as práticas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, adotadas no Brasil, com base na Lei nº 4.320/64.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional do consórcio, e seguindo as diretrizes contábeis descritas abaixo.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.



3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa consistem nos saldos em bancos conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata e Bancos Contas Vinculadas. Estes valores compreendem 03 (três) fontes de recursos: 1) Recursos do Sistema de Transporte Público de Passageiros, oriundos da Bilhetagem Eletrônica; 2) Recursos Próprios; e 3) Repasses recebidos do Governo do Estado de Pernambuco para custeio das suas atividades operacionais.

As aplicações financeiras são realizadas na modalidade de Certificado de Depósito Bancário – CDB (pré-fixados ou pós-fixados), Fundo de Investimento Financeiro – FIF e foram classificadas como Disponibilidades do Consórcio em função da possibilidade de resgates imediatos livre de oscilações relevantes quanto aos valores resgatáveis. Constituem-se por depósitos bancários a vista, investimentos em Renda Fixa de alta liquidez, registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das Demonstração Contábeis.

3.2 Clientes e outros créditos a receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e não considera multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso em seus pagamentos, e estão ajustados pela constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

Os outros créditos correspondem aos valores referentes a Adiantamentos Diversos (funcionários e terceiros). Os pagamentos antecipados a empregados correspondem a adiantamentos feitos a funcionários por conta de salário mensalmente recebido, bem como, 13º salário e férias e empréstimos, por ocasião das férias prevista em acordo coletivo de trabalho, por opção do empregado.

3.3 Tributos a Recuperar

Há diversas operações que podem gerar valores a recuperar de impostos, tais como saldos devedores de PASEP, COFINS, IRRF e outros. Tais impostos são registrados pelo custo histórico e não são atualizados a valor presente devido a não incidência de atualização monetária sobre os mesmos.



3.4 Estoques

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, que não excede ao valor de mercado.

3.5 Depósitos Judiciais

O depósito judicial é consequência da realização de atos processuais como o sequestro, o arresto e a penhora. No Consórcio os depósitos judiciais são contabilizados e individualizados por processo.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, as taxas utilizadas são as mencionadas na nota explicativa 10, em função da vida útil dos bens. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Ativos Imobilizados	Idade
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	5 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos



3.7 Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade.

Os ativos intangíveis adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

3.8 Fornecedores

A conta de fornecedores compreende o registro das notas fiscais ou faturas provenientes da compra materiais e contratação de serviços. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre os mesmos.

3.9 Outras obrigações a pagar

As outras obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Atendendo ao princípio da relevância contábil, as obrigações sociais que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram consideradas isentas de despesas de juros.

3.10 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso será



reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Caso o prazo estimado para a liquidação das provisões ocorra em período superior a 12 meses após o encerramento do exercício social subsequente esta será classificada no passivo não circulante.

Provisões para Contingências

A sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto dos valores provenientes do Capital Social Integralizado, dos Prejuízos Acumulados e Transferências Governamentais para futuro aumento de capital.

3.12 Apuração do Resultado

O Resultado do exercício é apurado pelo regime contábil de competência.



4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Bancos		
Conta Única	34.040	1.118
Outras Contas	70.737.134	70.159.143
Aplicações Financeiras	8.131.443	8.076.589
	78.902.617	78.236.849

São mantidos em bancos e aplicações financeiras, os recursos correspondentes ao recebimento da arrecadação para carregamento do Vale Eletrônico Metropolitano (VEM), do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP, sendo de responsabilidade do Consórcio o controle dos recursos para serem repassados às Operadoras de ônibus e permissionários no momento do resgate dos créditos dos usuários.

Constam ainda no saldo das disponibilidades, montantes de recursos aportados pelo Governo do Estado de Pernambuco, para custeio das atividades operacionais do Consórcio. Estão presentes também em contas específicas os recursos recebidos do Estado, que são mantidos em aplicações financeiras para fins específicos de investimentos.

As disponibilidades de propriedade do Grande Recife Consórcio de Transporte Metropolitano são representadas por montantes recebidos pelo aluguel de box nos Terminais do Sistema Integrado de Transporte, comercialização de Carteiras de Estudantes e Livre Acesso, RVPO – Recurso de Veiculação de Publicidade em Ônibus, propagandas em abrigos e paradas de ônibus, multas sobre operadoras e Multas de transporte clandestino, e locação de espaço nos Terminais Integrados, para instalação de caixas eletrônicos 24h.

4.1 Composição do saldo das disponibilidades

O saldo das contas de caixa e equivalentes de caixa, constantes no balanço patrimonial, não representam o saldo real dos recursos disponíveis pelo Consórcio, tendo em vista que não houve saldo orçamentário para o registro de pagamentos a fornecedores e outros pagamentos, em sua maioria de natureza orçamentária, cujo valor consta na coluna "Lançamentos não Contabilizados". Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos especiais para a regularização desses valores.



	Saldos em 31/12/2022	Lançamentos Não Contabilizados	Saldo Real em 31/12/2022
Conta Única	34.040	-	34.040
Contas Bancárias Diversas	70.737.134	(70.661.164)	75.971
Aplicações Financeiras	8.131.443	-	8.131.443
	<u>78.902.617</u>	<u>(70.661.164)</u>	<u>8.241.453</u>

A quantia constante da coluna lançamentos não contabilizados, acima, por falta de dotação orçamentária, compõe-se dos valores a seguir demonstrados:

Descrição	R\$
Fornecedores	59.720.324
Tributos	6.635.924
Convênio	324.875
Folha de pagamento	845.653
Consignações	1.439
Locação de box	(15.558)
Depósito	(2.150)
Processo/custas	1.391.088
Orçamentário	55.443
Diárias	6.774
Suprimento individual	34.306
Extra orçamentário	1.663.045
	<u>70.661.164</u>

5. ESTOQUES

	2022	2021
Materiais de Consumo	78.745	98.898
Materiais de Construção	90.774	162.929
	<u>169.519</u>	<u>261.827</u>



O controle físico-financeiro da conta de Estoques não está integrado com a contabilidade. O sistema de controle de estoque opera em uma plataforma diferente do E-FISCO, impossibilitando assim a integração dos sistemas. Desta forma, o registro contábil da movimentação nessa conta está sendo feito manualmente com base em relatórios gerenciais emitidos pelo setor responsável e ajustado com base no inventário físico existente em 31/12/2022.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2022	2021
COFINS a Compensar	8.974	8.974
ISS a Compensar	292.077	292.077
IRRF s/ Aplicação Financeira	829.138	813.667
Outros Tributos a Recuperar	168.132	136.840
	<u>1.298.321</u>	<u>1.251.558</u>

7. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS E OUTROS

	2022	2021
		Reclassificado
Adiantamentos a Empregados	2.051.682	1.881.044
Auxílio Doença	36.147	36.147
Suprimentos de Fundos/Repasse Institucional	3.902	1.900
Outros Adiantamentos	4.172.606	4.172.606
	<u>6.264.337</u>	<u>6.091.697</u>

O montante dos outros adiantamentos, corresponde em sua maioria ao recolhimento de ISS das operadoras de ônibus pelo Consórcio. Esses valores já foram recuperados, mas não foram lançados por falta de conta específica no E-fisco para os lançamentos decorrentes do fechamento da Câmara de Compensação Tarifária (CCT). As contas de arrecadação, onde os valores deveriam ser baixados, não possuem saldo suficiente para lastrear tais lançamentos. Já foi pedido a Secretaria da Fazenda a criação da conta, em especial, para atender ao CPC 00 R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-financeiros, considerando as características qualitativas fundamentais: a relevância e a representação fidedigna.



8. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

	2022	2021
Outras despesas correntes	44.133.472	2.319.141
	<u>44.133.472</u>	<u>2.319.141</u>

Nesta conta foi registrado o valor de R\$ 42.391.123,67 que se refere a desembolso de despesas da parceria público-privada de n.º 015.2021, entre o Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM, Estado de Pernambuco, tendo por Interviente a Secretaria de Desenvolvimento e Habitação, e de outro lado o CONSÓRCIO NOVA MOBI PERNAMBUCO – SPE S.A.. O registro contábil nesta conta ocorrerá até que a SCGE - Secretaria da Controladoria Geral do Estado indique qual a classificação da natureza da despesa orçamentária deva ser adotada no registro dos pagamentos efetuados por meio de PPP, visto que os bens objeto do contrato não são de propriedade do CTM e sim do Governo Estado de Pernambuco, conforme Termo de Cessão de Uso constante. Também foi registrado nesta conta o valor de R\$ 1.742.348,00 que se refere aos pagamentos de bloqueios judiciais de ação trabalhista e civil realizados contra o CTM.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Essa conta representa os depósitos efetuados com a finalidade de recursos judiciais em função da contestação por parte do CTM, sendo dividida em trabalhistas e cíveis. O montante de R\$ 8.109.237 está dividido da seguinte maneira:

	Trabalhista	Cível	Total
Depósitos Judiciais	3.090.388	1.019.108	4.109.496
Depósitos para Recursos	3.622.207	377.534	3.999.742
	<u>6.712.595</u>	<u>1.396.642</u>	<u>8.109.237</u>

10. IMOBILIZADO

	SALDO EM 31/12/2021	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2022
GRCTM – IMOBILIZADO						
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	516.787,63	743.200,60	-	4.920,00	3786,00	1.251.282,23
MAQUINAS EQUIP. E FERRAMENTAS	1.498.500,71	496.099,40	-	5.658,00	-	1.988.942,11
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3.367.500,40	-	-	-	-	3.367.500,40
VEÍCULOS	7.945,50	-	-	-	-	7.945,50
TOTAL	5.390.734,24	1.239.300,00	-	10.578,00	3.786,00	6.615.670,24
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO						
TI PE-22	2.883.871,07	-	-	-	-	2.883.871,07
TI PRAZERES	176.009,06	-	-	-	-	176.009,06
TI COSME E DAMIÃO	268.228,94	-	-	-	-	268.228,94
TI AFOGADOS	251.161,19	-	-	-	-	251.161,19
TI SANTA LUÍZA	35.475,21	-	-	-	-	35.475,21
TOTAL	3.614.745,47	-	-	-	-	3.614.745,47
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO						
FORTE DO BRUM	147.402,22	-	-	-	-	147.402,22
TOTAL	147.402,22	-	-	-	-	147.402,22
DEPRECIACÃO ACUMULADA (-)						
GRCTM – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(4.197.613,13)	210.683,27	-	-	-	(4.408.296,40)
STPP – IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	(1.516.504,36)	207.888,33	-	17.439,40	-	(1.706.953,29)
TOTAL	(5.714.117,49)	418.571,60	-	17.439,40	-	(6.115.249,69)
TOTAL LÍQUIDO	3.438.764,44	1.657.871,60	-	28.017,40	3.786,00	4.262.568,24

part
fund

11. INTANGÍVEL

	SALDO EM 31/12/2021	ADIÇÕES	BAIXAS	AJUSTES	TRANSF.	SALDO EM 31/12/2022
SOFTWARES						
SOFTWARES EM USO	2.807.559,53	-	-	-	-	2.807.559,53
TOTAL	2.807.559,53	-	-	-	-	2.807.559,53
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS						
ORREDORES/BRT/TRO	4.179.492,27	-	-	-	-	4.179.492,27
TOTAL	4.179.492,27	-	-	-	-	4.179.492,27
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA (-)						
SOFTWARES	(1.910.712,22)	-	-	-	-	(1.910.712,22)
DIREITO DE USO DE IMÓVEIS	(2.089.746,07)	278.632,80	-	-	-	(2.368.378,87)
TOTAL	(4.000.458,29)	278.632,80	-	-	-	(4.279.091,09)
TOTAL LÍQUIDO	2.986.593,51	278.632,80	-	-	-	2.707.960,71

12. FORNECEDORES

	2022	2021
		Reclassificado
Fornecedores Pagos com Recursos Próprios	59.720.324	59.247.193
Fornecedores a pagar	77.556.510	10.561.752
	137.276.835	69.808.944

Contabilizados pelos seus valores brutos, dos quais foram pagos com recursos próprios do CTM, entre os anos de 2014 a 2022, o valor de R\$ 59.720.324. Até o momento, esses valores não foram baixados devido à falta de previsão orçamentária para esses recursos financeiros.

Já foram encaminhados ofícios à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) solicitando abertura de créditos especiais para a devida regularização desse montante. Sendo assim, o valor total dos fornecedores no balanço patrimonial não é fidedigno a realidade, bem como as disponibilidades do CTM, descrita na nota explicativa 4.

[Assinaturas manuais]

Do saldo da rubrica de Fornecedores a Pagar, R\$ 41.954.866 corresponde aos valores da contraprestação dos serviços inerentes a Parceria Público Privada-PPP, firmada com o Consórcio Nova Mobi Pernambuco-SPE S.A, cujo saldo se apresenta pelos seus valores líquidos, mas sem o registro das baixas por pagamento. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, as baixas pelo pagamento ao Consórcio Nova Mobi está registrada em conta de Ativo - Outras Despesas Correntes, devido à falta de classificação da natureza da despesa orçamentária de PPP, onde o CTM permanece no aguardo da resposta à consulta formulada e encaminhada, via ofício, à Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco – SCGE.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		<u>Reclassificado</u>
Ressarcimento de Pessoal	3.244.134	2.978.301
Outras Obrigações com Pessoal	30.278.804	6.621.745
Imposto de Renda retido sobre a Folha de Pagamento	1.352.725	1.510.662
INSS Retido Servidores sobre Folha de Pagamento	334.152	320.053
Encargos Sociais a Pagar	1.196.796	1.144.204
Obrigações de Pessoal a Pagar - Extra Folha	-	7.460
Férias - Empresas - 1/12	2.992.466	2.550.859
INSS sobre Férias - Empresas - 1/12	623.929	531.854
FGTS sobre Férias - Empresas - 1/12	239.397	204.069
Folha Pessoal da UG – Incorporação	25	25
Pessoal a Pagar do Exercício	-	584
Salários, Remunerações e Benefícios a Pagar de Exercícios Anteriores	323.979	323.395
Obrigações de Pessoal – Extra folha	23.215.336	28.580
	<u>33.522.938</u>	<u>9.600.045</u>

14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Impostos a Recolher	5.367.668	2.287.031
Obrigações Fiscais a curto prazo	1.126.016	1.072.566
Imposto de Renda retido, exceto sobre a Folha de Pagamento	574.679	51.617
Imposto sobre Serviços retido de PF e PJ	3.054.084	549.959
Depósitos de Terceiros – Jaboatão	585.074	585.074
Depósitos de Terceiros – Olinda	27.815	27.815
Contribuições a Recolher	2.666.032	608.533
INSS Retido sobre Serviços de Terceiros/PJ	2.582.567	538.946
Valores Restituíveis	83.466	69.587
Consignações a Recolher	205.201	150.306
	<u>8.238.902</u>	<u>3.045.871</u>

15. VALORES RESTITUÍVEIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conv. GRCTM/CBTU Repartição Tarifária	3.593.133	3.593.133
Conv. CBTU/STU/REC	1.998	1.998
Repasse Caixa Econômica Federal	2.449.371	2.449.371
	<u>6.044.502</u>	<u>6.044.502</u>

Saldo da conta Convênio GRCTM/CBTU/Repartição Tarifária se refere a valores depositados pelas convenientes CTM/CBTU/REC, que se originou dos valores da integração ônibus/metrô nos termos no convênio de cooperação técnica e financeira da repartição tarifária. O saldo Convênio CBTU/STU/REC é proveniente da venda de bilhetes do metrô (bilhete de papel), pela gerência comercial (GCOM) e posterior depósito por meio de GRU a CBTU/STU/REC. A conta Repasse da Caixa Econômica Federal teve seu saldo originado pelas transferências de recursos financeiros da união para o estado, como interveniente executor a EMTU/Recife, que pela sua extinção e incorporação à PERPART, foi sucedida pelo CTM que deu continuidade ao cumprimento do contrato de repasse.



16. CONTA CORRENTE DO STPP

	2022	2021
Contas a receber do STPP	(59.096.793)	(59.096.793)
Contas a pagar do STPP	49.324.995	49.340.988
Arrecadação antecipada	75.332.341	77.348.932
	<u>65.560.543</u>	<u>67.593.127</u>

Contas a Receber do STPP

A RST representa a Receita por Serviços Técnicos, que é a remuneração proveniente da administração do STPP, pelo Grande Recife. A RST auferida nos meses de janeiro e fevereiro de 2015 foi mensurada, aplicando-se um percentual de 4% (quatro por cento) sobre a quantidade de passageiros transportada no ano anterior, multiplicado pela tarifa média. O saldo referente ao Contas a Receber do Sistema está composto pelos valores dos Adiantamentos STPP e Outros Valores a Receber.

Contas a Pagar do STPP

O saldo referente ao Contas a Pagar corresponde às Obrigações do Consórcio vinculadas ao Sistema. As obrigações do GRCTM/STPP estão constituídas principalmente por compromissos assumidos através de convênios realizados com as prefeituras das cidades do Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, para transferência de taxas administrativas e outras obrigações.

Arrecadação Antecipada

Os saldos demonstrados acima refletem a comercialização de Vale-transporte de papel e crédito para Vale Eletrônico Metropolitano (VEM) Estudantil. Esses recursos serão transferidos para as operadoras na quinzena em que o passageiro fizer uso desses créditos, através de resgates apurados após os descontos competentes.

Conta Garantia de Tarifas

Foi instituída a Conta Garantia de Tarifas, por meio da publicação da Lei Estadual nº 15.189/2013, em que se depositem as receitas tarifárias do STPP/RMR e da qual só e realizem saques prioritariamente em favor dos operadores do STPP/RMR partícipes em instrumentos de concessão ou permissão de operação do STPP/RMR e a CBTU.

17. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depósitos de Cauções de Terceiros	43.872	43.872
Depósitos de Terceiros	4.228.571	3.567.930
	<u>4.272.442</u>	<u>3.611.802</u>

Depósitos de cauções de terceiros, consiste nos valores dados em garantias contratuais previstas na lei nº 8.666/93, art. 56.

Depósitos de terceiros representa os valores relativos a convênios celebrados com entidades estudantis, bem como receita de veiculação e propaganda em ônibus – RVPO, instituída pela resolução nº 003/99, do conselho metropolitano de transportes urbanos - CMTU.

18. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Processos Cíveis	42.659.589	42.651.376
Processos Trabalhistas	6.626.294	5.053.865
	<u>49.285.883</u>	<u>47.705.241</u>

A administração, consubstanciada na opinião dos seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências cíveis e trabalhistas julgadas suficientes para cobrir prováveis perdas sobre os processos atualmente em andamento.

19. RESÍDUOS DE CRÉDITOS DO STPP

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contas a Receber	(28.462.344)	(28.462.344)
Contas a Pagar	912.719	912.719
Arrecadação para o mês seguinte	96.606.340	96.606.340
Poisção da CCT	194.414	194.414
	<u>69.251.130</u>	<u>69.251.130</u>



Em 12 de dezembro de 2013, através do Artigo 17, Parágrafo Único, e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190, promulgada pelo Governo do Estado de Pernambuco, foi definido o prazo para prescrição dos créditos adquiridos pelos usuários para utilização no Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP/RMR, que por diversos motivos não são utilizados, e qual a destinação que os créditos não utilizados (Resíduos) poderão ter.

Anteriormente à promulgação dessas Leis, inexistiam instrumentos legais que definissem a caducidade dos créditos adquiridos pelos usuários do STPP/RMR, e uma vez existindo os mesmos, qual a sua destinação.

Artigo 17 e Incisos I, II e III da Lei nº 15.190:

Art. 17. Os créditos oriundos das vendas antecipadas de bilhetes do STPP/RMR, sejam créditos de VEM Estudante, VEM Comum, VEM Trabalhador ou de qualquer outro tipo de vale existente ou a ser criado, quer tais créditos já tenham sido adquiridos, quer sejam adquiridos após a publicação desta Lei, todos têm validade de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

I. Se houver subsídios tarifários instituídos por quaisquer dos entes consorciados, tais valores devem ser utilizados para cobrir os montantes correspondentes aos concessionários do STPP/RMR conforme critérios de cálculo estabelecidos nos instrumentos de concessão de operação do STPP/RMR;

II. Inexistindo subsídios tarifários, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR, tais valores devem ser apropriados pelo CTM para custear as despesas com manutenção do STPP/RMR ou com a manutenção dos bens públicos afetados ao STPP/RMR;

III. Inexistindo subsídio tarifário, desde que a conta garantia apresente saldo positivo superior a 4 (quatro) meses de arrecadação tarifária do STPP/RMR e não sendo o CTM entidade dependente, tais valores devem ser apropriados pelo CTM e devem ser utilizados unicamente para custear investimentos no STPP/RMR.

A partir de 17/04/2020, os créditos caducados previstos na Lei Estadual nº 15.190/2013, Art. 17, foi revogado pela Lei Estadual nº 16.861/2020.



20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social Subscrito, a Integralizar e Integralizado

Capital Social Subscrito	1.000.000
(-) Capital Social a Integralizar	(424.300)
Capital Social Subscrito e Integralizado	<u>575.700</u>

O saldo do capital social subscrito é representado por 1.000.000 milhão de quotas com o valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 575.700 pertencentes ao Governo do Estado de Pernambuco, 350.000 pertencentes à Prefeitura da Cidade do Recife e 74.300 pertencentes à Prefeitura da Cidade de Olinda.

20.2 Prejuízos Acumulados

A conta de prejuízos acumulados foi impactada em 2022 pela ocorrência de prejuízo do exercício no valor de R\$ 54.176.867 (cinquenta e quatro milhões, cento e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais).

20.3 Recursos para Aumento de Capital

O valor de R\$ 34.991.410 (trinta e quatro milhões, novecentos e noventa e um mil, quatrocentos e dez reais) corresponde ao aporte realizado pelo Governo do Estado, através da Secretaria das Cidades para manutenção e reforma de Terminais Integrados e Mini Terminais, elaboração de projetos de terminais e corredores, contratação de consultoria para licitação das linhas, sistema de monitoramento da frota, que serão posteriormente incorporados ao imobilizado da sociedade.

Segundo disposto no capítulo III, cláusula sétima, parágrafo nono, do Contrato Social do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife, o capital social seria integralizado no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura (17 de junho de 2008) mediante contribuição em dinheiro, bens móveis ou imóveis. No entanto, até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apenas o Governo do Estado de Pernambuco havia integralizado o seu capital subscrito.



20.4 Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido.

	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A INTEGRALIZAR	RECURSO PARA AUMENTO DE CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO	TOTAL
Saldos do Exercício em 31/12/2015	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(133.533.209)	(97.966.099)
Retificação de erros				5.465.394	5.465.394
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(128.067.815)	(92.500.705)
Prejuízo do exercício				(30.699.764)	(30.699.764)
Saldos do Exercício em 31/12/2016	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(158.767.579)	(123.200.468)
Retificação de erros				(700.489)	(700.489)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(159.468.068)	(123.900.956)
Prejuízo do exercício				(60.916.790)	(60.916.790)
Saldos do Exercício em 31/12/2017	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(220.384.858)	(184.817.747)
Retificação de erros				42.398.919	42.398.919
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(177.985.939)	(142.418.826)
Prejuízo do exercício				(31.152.109)	(31.152.109)
Saldos do Exercício em 31/12/2018	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(209.138.048)	(173.570.937)
Retificação de erros				(475.882)	(475.882)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(209.613.930)	(174.046.819)
Lucro do exercício				10.001.725	10.001.725
Saldos Iniciais Ajustados 31/12/2019	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(199.612.205)	(164.045.093)
Retificação de erros				(4.851.262)	(4.851.262)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(204.463.468)	(168.896.356)
Prejuízo do exercício				(2.216.334)	(2.216.334)
Saldos do Exercício em 31/12/2020	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(206.679.802)	(171.112.692)
Retificação de erros				76.383	76.383
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(202.121.061)	(166.553.951)
Prejuízo do exercício				(9.516.632)	(9.516.632)
Saldos do Exercício em 31/12/2021	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(211.637.693)	(176.070.583)
Saldos Iniciais Ajustados	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(211.637.693)	(176.070.583)
Prejuízo do exercício				(54.176.867)	(54.176.867)
Saldos do Exercício em 31/12/2022	1.000.000	(424.300)	34.991.410	(265.814.560)	(230.247.450)



21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Receita Bruta de Serviços	481.107.281	380.367.994
Transferências e Delegações Recebidas	479.778.495	377.776.403
Receita Líquida de Serviços	1.328.787	2.591.591
Receita Operacional Líquida	481.107.281	380.367.994

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS E RECEITAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2022	2021
Classificação por Natureza		
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	(35.559.963)	(175.581.324)
Pessoal	(188.293.048)	(144.162.790)
Auxílio / vale transporte alunos rede pública estadual	(25.890.489)	(9.552.158)
Custos dos serviços prestados	(287.691.223)	(47.030.596)
Depreciação e amortização	(679.765)	(642.835)
Impostos, taxas e contribuições	(76.991)	(21.083)
Juros e rendimentos recebidos	782.089	255.872
Indenizações e restituições	(964.952)	(4.686)
Outras Sentenças Judiciais	(754.682)	(1.529.522)
Ganhos com desincorporação de passivos	5.119.386	3.922.909
Alugueis	1.090.691	849.610
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(4.032.787)	(15.677.809)
Provisão para Créditos Duvidosos	(789.659)	(1.045.637)
Reversão de provisões e ajustes de perdas	2.457.245	335.424
	<u>(535.284.149)</u>	<u>(389.884.626)</u>
Classificação por função		
Custos dos Serviços Prestados	(287.691.223)	(47.030.596)
Despesas Gerais e Administrativas	(248.372.675)	(342.978.135)
Resultado Financeiro	509.427,93	35.237
Outras Receitas Operacionais	270.321,32	88.867
	<u>(535.284.149)</u>	<u>(389.884.627)</u>

23. COBERTURA DE SEGUROS (Não auditado)

O consórcio mantém contrato de seguros, na modalidade de seguro de vida em grupo, num total de 242 segurados, sendo nos valores de R\$ 57.963,65, para 169 segurados e R\$ 80.000,00, para 73 segurados, conforme apólice nº 1019300519338, da CAPEMISA SEGURADORA, em atendimento ao Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2018.

24. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS, PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS E CORREÇÕES DE ERROS

24.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

24.2 Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

24.3 Correção de erros imputáveis a exercícios anteriores

No exercício corrente foi identificado erro imputável a exercícios anteriores, decorrente de folha de pagamento, fornecedores, suprimento individual e indenizações e restituições.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
Fornecedores	0,84	2021
Fornecedores	515.025,55	2020
Folha de pagamento	8.635,33	2021
Folha de pagamento	2.048.391,40	2020
Folha de pagamento	886,40	2019
Folha de pagamento	10.388,41	2018
Folha de pagamento	79,59	2016
Folha de pagamento	1.900.603,31	2014
Indenizações e restituições	347,00	2020
Suprimento de fundos	(2.000,00)	2021
Total	4.482.358,23	



	BALANÇO COMPARADO APÓS AJUSTES		AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES	ANTES DO AJUSTE
ATIVO	2022	2021		2021
CIRCULANTE		Reapresentado		
Adiantamentos a Empregados e Outros	6.264.337	6.091.697	(2.000)	6.093.697
TOTAL DO ATIVO	147.082.026	103.528.257	(2.000)	103.530.257
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	137.276.835	69.808.944	515.026	70.323.971
Salários e Encargos Sociais	33.522.938	9.600.045	3.968.984	13.569.030
Outras Obrigações	2.817.775	2.938.177	347	2.938.524
PASSIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Prejuízos Acumulados	(265.814.560)	(211.637.693)	(4.482.358)	(216.120.051)
TOTAL DO PASSIVO	147.082.026	103.528.257	(2.000)	103.530.257

Os Ajustes de Exercício anteriores registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior, que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Os valores relativos a ajustes na conta Salários e Encargos Sociais, referem-se a anulação da liquidação da despesa pública com folha de pagamento dos empregados efetuada em duplicidade ou a maior, considerando que as referidas folhas de pagamentos foram devidamente quitadas com base nos resumos de folha enviados pela divisão de administração do capital humano - DACH, para os devidos registros pelo regime de competência, bem como estorno de documento hábil - DH, efetuado em duplicidade, também relativo à folha de pagamento de exercícios anteriores.

Os valores relativos a ajustes na conta de Fornecedores, foram realizados para regularização documento hábil - DH devido ao encerramento de Convênio de Cooperação Técnica Administrativa e Financeira para garantir segurança nas estações de BRTS e Terminais Integrados.

Os demais valores registrados na conta de exercícios anteriores foram realizados, para regularizar os lançamentos realizados em duplicidade.

25. DADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS DAS ATIVIDADES RELACIONADAS À CONSEQUÊNCIA DOS FINS DE INTERESSE COLETIVO, LEI Nº 13.303/2016, ART. 8º, INCISO VI.

Atividade (I)			Valor em R\$ (II)	Valor em R\$ (III)	% (IV)	Valor em R\$ (V)	Observações (VI)
1 1085- Programa de Comunicação com os Usuários do STPP/RMR							
1.1	4678 -Manutenção da central de atendimento aos clientes do STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	1.534.000,00	1.490.237,00	97,15%	Manutenção realizada	A central de atendimento ao cliente funciona de forma híbrida com atendimento na sede e nos TIs sendo o horário dos atendimentos presenciais é das 7 as 19 horas de segunda a sábado e o atendimento pelo WhatZapp das 5:30 as 21:30 horas diariamente, com 42 atendentes e sendo eles pessoas com necessidades especiais contratadas por meio de convênio firmado com três instituições quais sejam: FCD, CESR e ABDF. A central recebeu em média 14.000 ligações pedindo informações, dando sugestões e fazendo reclamações sobre o STPP/RMR. As reclamações recebem tratamento e servem de subsídio a avaliação das empresas operadoras do sistema. O aumento da dotação inicial aconteceu por conta do reajuste dos contratos com as instituições

Handwritten signature

2	1031-Melhoria da Mobilidade Urbana					
2.1	4681 - Manutenção e Operacionalização dos Terminais e Miniterminais	0000 - Outras Medidas	18.184.553,91	18.107.511,35	99,58%	Manutenção realizada
		1929-Manutenção e operacionalização do Terminal Abreu e Lima	460.600,00	406.236,77	88,20%	Manutenção realizada Referente à faturamentos glosados das empresas terceirizadas
		1930-Manutenção e operacionalização do Terminal Aeroporto	131.950,57	131.950,57	100,00%	Manutenção realizada
		1941-Manutenção e operacionalização do Terminal Atengados	234.463,92	234.463,92	100,00%	Manutenção realizada
		1932-Manutenção e operacionalização do Terminal Barro	195.232,58	195.232,58	100,00%	Manutenção realizada
		1933-Manutenção e operacionalização do Terminal Cabo de Santo Agostinho	226.077,21	226.077,21	100,00%	Manutenção realizada
		1934-Manutenção e operacionalização do Terminal Cajueiro Seco	123.117,43	123.117,43	100,00%	Manutenção realizada
		1935-Manutenção e operacionalização do Terminal Camarapibe	120.028,87	120.028,87	100,00%	Manutenção realizada
		1937-Manutenção e operacionalização do Terminal Caxanga	287.988,77	287.988,77	100,00%	Manutenção realizada
		1938-Manutenção e operacionalização do Terminal Cosme e Damião	98.495,85	98.495,85	100,00%	Manutenção realizada
		1939-Manutenção e operacionalização do Terminal da Ressola	429.706,91	429.706,91	100,00%	Manutenção realizada
		1940-Manutenção e operacionalização do Terminal Jaboatão	345.593,38	345.593,38	100,00%	Manutenção realizada
		1941-Manutenção e operacionalização do Terminal Joana Bezerra	534.209,33	534.209,33	100,00%	Manutenção realizada
		1942-Manutenção e operacionalização do Terminal Largo da Paz	126.919,22	126.919,22	100,00%	Manutenção realizada
		1943-Manutenção e operacionalização do Terminal Macaxeira	90.261,23	90.261,23	100,00%	Manutenção realizada
		1945-Manutenção e operacionalização do Terminal Milton de Oliveira Santos (PE-15)	242.113,44	242.113,44	100,00%	Manutenção realizada
		1946-Manutenção e operacionalização do Terminal Pelopidas Silveira	139.841,82	139.841,82	100,00%	Manutenção realizada
		1947-Manutenção e operacionalização do Terminal Princesa	110.323,29	110.323,29	100,00%	Manutenção realizada

		1948-Manutenção e operacionalização do Terminal Recife	183.189,05	183.189,05	100,00%	Manutenção realizada	
		1949-Manutenção e operacionalização do Terminal Rio Doce	184.750,35	184.750,35	100,00%	Manutenção realizada	
		1950-Manutenção e operacionalização do Terminal Santa Luzia	76.605,24	76.605,24	100,00%	Manutenção realizada	
		1951-Manutenção e operacionalização do Terminal Santa Rita	1.414.473,77	1.362.132,48	96,30%	Manutenção realizada	Referente á faturamentos glosados das empresas terceinizadas
		1952-Manutenção e operacionalização do Terminal Tancredo Neves	78.386,79	78.386,79	100,00%	Manutenção realizada	
		1953-Manutenção e operacionalização do Terminal TIP	212.471,42	212.471,42	100,00%	Manutenção realizada	
		1954-Manutenção e operacionalização do Terminal Xamba	408.229,13	408.229,13	100,00%	Manutenção realizada	
		1955-Manutenção e operacionalização do Terminal CDU - III Perimetral (vereador Zezito de Magalhães Melo)	180.337,25	180.337,25	100,00%	Manutenção realizada	
		1956-Manutenção e operacionalização do Terminal Getúlio Vargas - IV Perimetral	352.014,97	352.014,97	100,00%	Manutenção realizada	
2.2	3877- Manutenção e Operacionalização das Estações de BRT	0000- Outras Medidas	8.611.968,41	8.329.609,89	96,72%	Manutenção realizada	Referente á faturamentos glosados das empresas terceinizadas
2.3	4682 - Implantação do BRT nos corredores Norte-Sul e Leste-Oeste/RMR	0000 - Outras Medidas	1.419.875,45	1.419.875,45	100,00%	1	
		0000 - Outras Medidas	46.800,00	46.683,99	99,75%	1	

Handwritten signature

1086-Operacionalização do Sistema de Transporte Público de Passageiros -STPP/RMR						
3.1	4685- Subsidio às Empresas Operadoras do STPP/RMR	0000 - Outras Medidas	12.253.507,43	0,00	0,00%	1
		1958-Concessão de subsidio às Linhas Alimentadoras	25.637.661,16	25.637.661,16	100,00%	1
		1959-Concessão de subsidio ao Corredor Norte/Sul	85.994.466,83	85.992.614,89	100,00%	1
		1960-Concessão de subsidio ao Corredor Leste/Oeste	56.988.595,11	56.988.595,11	100,00%	1
3.2	3929- Realizar acompanhamento do controle de concessão da PPP da operacionalização e manutenção dos terminais e estações dos BRTs	0000-Outras Medidas	51.600.000,00	47.009.232,03	91,10%	1
3.3	1313 - Ampliação e melhoria do sistema de bilhetagem eletrônica para os usuários do STPP/RMR	1126 - Inserção da gratuidade do cartão eletrônico VEM Estudantil	25.891.111,24	25.890.489,43	100,00%	1

* Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária

LEGENDA:

- (A) O nome dos programas, ações e subações conforme a Lei Orçamentária Anual
- (B) Dotação orçamentária original+suplementações-cancelamentos ocorridos no exercício financeiro
- (C) Total da despesa liquidada por programas e ações
- (D) Percentual alcançado (C/B)
- (E) Produto em relação à meta física estipulada
- (F) Resultado físico previsto
- (G) Resultado físico alcançado
- (H) Esclarecimentos técnico quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas)
- (I) Indicador previsto para medição do programa

partida

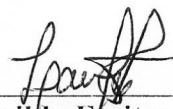
26. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Sociedade considerou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis ocorridas em 31 de dezembro de 2022 até a data da conclusão das referidas demonstrações em 09 de maio de 2023.

Recife, 09 de maio de 2023.



Aubergio Barros de Souza Filho
Diretor de Gestão Organizacional
CPF: 338.835.054-04



Laurenildo Freitas da Silva
Téc. Em Contabilidade – CRC/PE: 12.707
CPF: 362.279.354-68